

70 DESVENDANDO A *PINK TAX*: UMA ANÁLISE DAS DISPARIDADES DE GÊNERO NO MERCADO E SUAS IMPLICAÇÕES AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE DAS MULHERES

Daniela Menengoti Gonçalves Ribeiro

Doutora em Direito pela PUC São Paulo, com estágio doutoral na Université Paris 1 - Panthéon-Sorbonne, França. Mestre em Direito/Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora do Programa de Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade Cesumar (UNICESUMAR).

Pesquisadora do Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICETI). E-mail: daniela.ribeiro@unicesumar.edu.br. Currículo Lattes lattes.cnpq.br/0704785648361421 ORCID: orcid.org/0000-0001-7621-8899

Maria Clara Silva Rossi Pereira

Acadêmica do Curso de Direito, Campus Maringá-PR, ra-20059491-2@alunos.unicesumar.edu.br

Natália Santos de Souza

Acadêmica do Curso de Direito, Campus Maringá-PR, natalia_souza@alunos.unicesumar.edu.br

INTRODUÇÃO:

A *Pink Tax*, também conhecida como Imposto Rosa, refere-se à imposição de preços mais elevados em produtos ou serviços direcionados diretamente ao público feminino, mesmo quando estes sejam funcionalmente equivalentes ou idênticos às versões masculinas. Além de gerar um ônus financeiro desproporcional para as mulheres pertencentes a grupos raciais e de baixa renda, essa exploração sexista e discriminatória contribui para aprofundar as desigualdades de gênero, raça e renda, perpetuando disparidades no acesso a oportunidades e direitos básicos e impactando negativamente o poder de compra das mulheres. Esse fenômeno não se baseia somente na disparidade dos preços ou no custo de produção de produtos ou prestação de serviços, mas também em estereótipos de gênero e padrões discriminatórios.

A *Pink Tax* não é apenas uma questão de economia, mas também uma questão social e de direitos humanos que requer atenção e ação a fim de reduzir a desigualdade de gênero, bem como combater a discriminação no mercado consumidor.

Para tanto, é imprescindível analisar e compreender a natureza da *Pink Tax*, investigando suas causas, consequências, impactos aos direitos da personalidade e possíveis estratégias para mitigar sua ocorrência. Além disso, busca-se conscientizar sobre as implicações sociais e econômicas dessa prática, promovendo o debate público e a implementação de políticas que promovam a equidade de gênero, raça e renda no mercado de consumo.

O debate sobre a *Pink Tax* no Brasil é substancialmente limitado devido à falta de legislação que aborde esse fenômeno discriminatório, impedindo uma análise completa e definitiva acerca de sua compreensão. A ausência de legislação específica que defina e proíba a *Pink Tax* dificulta a coleta de dados e aplicação de medidas punitivas contra empresas e setores específicos onde sua prática é mais prevalente. A escassez de pesquisas e leis específicas torna complexa a quantificação e percepção que a ação tem sobre o impacto econômico e social no país e suas ramificações.

PROBLEMA DE PESQUISA: O problema central abordado é a existência e perpetuação da *Pink Tax* no mercado de consumo, suas implicações sociais e econômicas, bem como

suas ramificações na desigualdade de gênero. Atribui-se importância em compreender os mecanismos que levam à aplicação dessa taxa, seus impactos na acessibilidade de produtos essenciais para mulheres de diferentes estratos sociais, e as possíveis estratégias para mitigar essa disparidade. A imposição de preços mais altos em produtos voltados para mulheres não apenas restringe seu acesso a itens essenciais, mas também comunica uma mensagem de desvalorização e subestimação de suas necessidades e preferências, minando a capacidade das mulheres de exercerem plenamente seu direito à liberdade de escolha e igualdade de tratamento no mercado. Sem contar que a falta de legislação efetiva para abordar tal prática reforça ainda mais a negação dos direitos das mulheres, perpetuando, assim, a desigualdade de gênero, raça e renda em um nível mais amplo, bem como agravando ainda mais a violação dos direitos humanos e dos direitos da personalidade.

OBJETIVO: O objetivo desta pesquisa consiste em examinar a *Pink Tax* e sua interseção com as desigualdades de gênero, raça e renda. O objetivo geral é desvendar as origens e ramificações dessa prática discriminatória nos preços de produtos e serviços, compreender as causas e consequências da aplicação da *Pink Tax*, além de propor estratégias para mitigar essa ocorrência, enquanto os objetivos específicos incluem a análise dos mecanismos pelos quais a *Pink Tax* opera, destacando padrões de discriminação de preços em diferentes contextos socioeconômicos e como essas disparidades afetam os direitos da personalidade das mulheres, bem como promover a conscientização sobre as implicações sociais e econômicas do fenômeno, examinando seu impacto em grupos marginalizados, como mulheres de cor e de baixa renda. Ainda, busca fomentar o debate público e inclusivo e influenciar a implementação de políticas que visem à equidade de gênero, raça e renda no panorama do mercado de consumo.

METODOLOGIA: Quanto à metodologia de pesquisa, será realizada uma revisão literária e documental para compreensão de conceitos a respeito da *Pink Tax* e seus desdobramentos e ramificações no âmbito nacional. Isso englobará a análise de artigos de mídia de fontes relevantes, estudos e relatórios acadêmicos e interpretação e comparação de dados sobre preços de produtos e serviços destinados a diferentes gêneros e grupos raciais e sociais. Essa abordagem permitirá uma maior exploração acerca da *Pink Tax* na esfera nacional e contribuirá para a promoção de meios eficazes para mitigar essa prática de discriminação de gênero, raça e renda no mercado de consumo brasileiro.

RESULTADOS ALCANÇADOS: Os resultados preliminares indicam uma disparidade significativa de preços entre produtos e serviços femininos e masculinos, evidenciando a presença generalizada da *Pink Tax* em diferentes setores e regiões. Além disso, a análise revela as implicações socioeconômicas da *Pink Tax*, incluindo sua contribuição para a desigualdade de renda e acesso a recursos essenciais para as mulheres. Verificou-se, por exemplo, a elevada tributação sobre produtos como anticoncepcionais e absorventes, em comparação com itens masculinos equivalentes, além de serviços como corte de cabelo e produtos infantis, o que evidencia uma discriminação sistêmica baseada no gênero. Esses resultados destacam a necessidade de ações regulatórias e conscientização pública para combater a *Pink Tax*, assim como a promoção da equidade de gênero, raça e renda no mercado de consumo.

REFERÊNCIAS:

ALCIDES FIGUEIREDO SANTOS, José. **Classe Social e Desigualdade de Gênero no Brasil.** 2008.

BASTOS OLIVEIRA, Rafaela. **O porquê de as mulheres pagarem mais do que os homens.** Porto Alegre, 2021.

ESTEVES LIMA, Giovanna. **Pink Tax: A Desigualdade de Gênero e o Sistema Tributário Brasileiro pelo Viés da Tributação sobre o Consumo.** São Paulo, 2022.

MARIMPIETRI, Flavia. **Pink Tax e o Direito das Consumidoras.** Salvador, Revista Direito UNIFACS – Debate Virtual, 2017.

MENEZES, Luiza Machado de Oliveira. Tributação e desigualdades de gênero e raça: vieses de gênero na tributação sobre produtos ligados ao trabalho de cuidado e à fisiologia feminina. **Repositório Institucional da Universidade Federal de Minas Gerais (RI-UFMG),** Belo Horizonte, p. 113-115, abr. 2023. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/53343>. Acesso em: 01 de mai. de 2024.

Mulheres pagam mais por produtos “rosa”. **ESPM**, 09 de março de 2017. Nota Alta. Disponível em: <https://notaalta.espm.br/o-assunto-do-dia/mulheres-pagam-mais-por-produtos-rosa/>. Acesso em: 01 de mai. de 2024.

OLIVEIRA, Margarita et al. A dimensão de gênero no Big Push para a Sustentabilidade no Brasil: As mulheres no contexto da transformação social e ecológica da economia brasileira. **CEPAL**, p. 20-21, fev. 2021. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/46643-dimensao-genero-big-push-sustentabilidade-brasil-mulheres-contexto-transformacao>. Acesso em: 01 de mai. de 2024.

PAULA MAGNO FERNANDEZ, Breno; PINHEIRO E SILVA, Lara. **PINK TAX: Por que as mulheres pagam mais do que os homens pelos mesmos serviços? Um estudo exploratório nas cinco maiores regiões metropolitanas do Brasil.** Florianópolis, 2023.

RIBEIRO, Daniela Menengoti Gonçalves; DE ANDRADE, Flavia Kriki. Direitos da personalidade da mulher: da internacionalização do direito e a tutela específica. **Revista Jurídica Cesumar-Mestrado**, v. 23, n. 2, p. 303-313, 2023.